

Maílson quer apressar acordo

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, em discurso pronunciado ontem para cerca de 300 banqueiros internacionais, pediu que os bancos credores da dívida externa brasileira acelerem o fechamento de um acordo com o país, independentemente das pendências que ainda existem entre os dois lados. "Já é tempo de acelerar e concluir as negociações. Os pontos que não foram acertados não deverão protelar o fechamento do acordo", disse o ministro, aplaudido duas vezes ao longo do pronunciamento.

Ele anunciou que "medidas fortes e urgentes são necessárias para reduzir a inflação e colocar o déficit público sob controle" e adiantou que o próximo passo do governo será a redução das despesas públicas.

O ministro afirmou que se o acordo for fechado será bom tanto para os bancos como para o Brasil. Segundo ele, as mudanças que foram introduzidas na regulamentação dos mecanismos de conversão da dívida em capital de risco, "são um indicativo de nosso desejo para ampliar o campo de participação dos bancos e dos investidores externos em nossa economia".

Para que o país consiga retomar os níveis de investimento da década passada, de 25% do Produto Interno Bruto — hoje o nível é de 16,5% do PIB — o controle do déficit público tornou-se a principal prioridade da política econômica, de acordo com o ministro. Segundo ele, além das novas medidas que deverão ser anunciadas brevemente, o governo já tomou algumas providências, como a unificação do orçamento da União, e o estabelecimento de tetos de endividamento para estados, municípios e empresas estatais.

Em resposta a um banqueiro, o ministro afirmou que o Brasil não está preparando um programa para satisfazer aos bancos ou ao FMI, e "sim porque é necessário para resolver os problemas que temos".

Na expectativa de Maílson, o acordo com o Fundo será fechado até o final de junho.

Maílson também garantiu aos banqueiros que o governo não está preocupado com possíveis reações da classe política ao acordo com o FMI. Segundo ele, o governo não espera 100% de apoio ao acordo com o Fundo, "porque a unanimidade não existe na democracia" mas espera o apoio da população.